



## ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO AGENDAMENTO MIDIÁTICO SOBRE CRIMES CONTRA MULHERES NA PARAÍBA

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo<sup>1</sup>

### *Os crimes contra mulheres nas páginas dos jornais*

Esta reflexão resulta de uma pesquisa realizada que teve por objetivos analisar o Agendamento pelos jornais locais de fatos que causaram impactos na percepção da violência contra mulheres na Paraíba (Nordeste - Brasil). Debruçamo-nos assim neste artigo, sobre dois casos investigados, os homicídios das estudantes Maria Cristina Batista e Márcia Barbosa (1998). Estes crimes e sua construção social na imprensa foram analisados a partir da *Teoria da Agenda-setting*, que nasce no interior de uma abordagem sociológica sobre os processos de produção das notícias, e se define enquanto prática social em que as mídias pelas dinâmicas de seleção, disposição e incidência de suas notícias passam a guiar os temas que serão discutidos publicamente (McCombs, 2008; Barros Filho, 2003; Hohlfeldt, 2001).

Ao refletirmos sobre a construção social das notícias, através das práticas de *Agendamento* articulamos necessariamente diferentes campos de saber como sociologia, teorias do jornalismo, representações sociais e estudos de gênero por compreendermos como multidimensional os fenômenos de significação social.

Optamos por uma análise de conteúdo da mídia por compreendermos que ela é um dos métodos de grande utilidade em casos de pesquisa jornalística, uma vez que pode ser utilizados para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos (Herscovitz, 2007, 123; Manhães, 2006, p.305).

Neste sentido, a *agenda-setting*, enquanto lugar de investigação social nos permitiu melhor perceber a ampliação do debate sobre a temática violência contra mulheres numa esfera de representação cada vez mais central na atualidade que é a mídia.

Embora seja atualmente evidente a preocupação dos grupos feministas com o mau uso da imagem das mulheres nas mídias, levantando fortemente a questão dos usos do corpo e construção da corporeidade feminina nos anúncios publicitários (FUNCK & WIDHOLZER, 2005, p.11), ainda é pouco comum um olhar interpretativo orientado a cobertura dos casos de violência contra a

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia. Docente do curso de Comunicação Social da UFCG. Email: sandraraquew@yahoo.com.br



mulher e demais temáticas feministas, com foco no jornalismo, ainda que diversas e complexas sejam as situações em que as mulheres apareçam pautadas pela imprensa.

Ao refletirmos sobre o binômio gênero e mídia observamos entre outras coisas, que a percepção ideológica e dualista do jornalismo, a busca por uma compreensão do enfoque de gênero que contribua para uma cobertura mais coerente dos acontecimentos, a necessidade de incorporação das temáticas de saúde da mulher e direitos reprodutivos na agenda midiática e a preocupação com o aprimoramento da relação dos grupos feministas com a mídia são questões que permeiam o debate sobre as relações de gênero e a mídia entre os grupos de mulheres feministas.

A análise de crimes contra mulheres, a exemplo do assassinato das estudantes Cristina Maria Batista e Márcia Barbosa - enquanto acontecimentos midiáticos -contribuiu de maneira significativa para melhor percebermos como se intensifica na sociedade paraibana a discussão pública sobre a violência contra mulheres no Estado.

É no desdobramento do *Caso Cris* (1990) e *Caso Márcia* (1998), entre outros homicídios femininos, nas páginas dos jornais que vamos melhor percebendo na relação entre jornalismo, construção da realidade mediada e sociedade de que maneira a violência de gênero vai sendo pautada e problematizada como questão de interesse público, contrariando uma visão até então muito comum que encerrava estes crimes numa cobertura muitas vezes sensacionalista e preconceituosa, sem questionar a ocorrência deste fenômeno social: o padrão cultural de matar mulheres.

Nesta trajetória dinâmica de pautar a mídia para o debate sobre a violência de gênero, vale destacar ainda que a interação dos jornalistas e grupos de mulheres locais na construção social deste acontecimento repercutiu positivamente no seu desdobramento junto à opinião pública, em que as instituições públicas e a sociedade foram confrontadas com o problema da impunidade nos crimes contra mulheres.

#### *Caso Cris: o Agendamento e seu fluxo*

A estudante de Letras, Maria Cristina Batista, foi morta na madrugada de 18 de fevereiro, de 1990. Assassinada a pauladas. O corpo foi jogado na BR-230 e encontrado por vigilantes de uma empresa. Na ocasião, três jovens foram apontados como principais suspeitos do crime: um sobrinho de um desembargador, um filho de um deputado estadual e um filho de um secretário da administração do Estado. Mas somente no 10º aniversário de morte de Maria Cristina Batista ocorre



o julgamento do estudante Adriano Lucena de Moreira, levado a júri popular pelo homicídio, e absolvido por 7 votos a 0. O veredicto afirmou falta de provas.

A cobertura do assassinato da estudante pessoense Maria Cristina Batista pela imprensa paraibana é um exemplo de *Agendamento* de um fato jornalístico, ocorrido em fevereiro de 1990, que ultrapassa o caráter efêmero que caracteriza grande parte das pautas veiculadas nos jornais, para tornar-se um caso emblemático e quase sempre citado nos jornais quando da cobertura sobre a temática da violência contra a mulher na Paraíba. O *Caso Cris* expressa um diferencial na cobertura pela amplitude do agendamento, que durou uma década, sendo constantemente atualizado na mídia durante este período, pelo movimento social de mulheres em âmbito local.

O assassinato de Maria Cristina Batista ocorre num contexto de formalização dos grupos de mulheres urbanos na Paraíba, em 1990, quando surgem as duas primeiras ongs feministas de João Pessoa, *Cunhã- Coletivo Feminista* e o *Centro da Mulher 8 de Março*. Este cenário é relevante na medida em que contribui significativamente para situar o debate público sobre os assassinatos de mulheres em diferentes espaços sociais, entre eles a instituição midiática.

Para melhor compreendermos este Agendamento tomamos como amostra o fluxo de notícias veiculadas na imprensa paraibana sobre o *Caso Cris* num período que vai de fevereiro de 1990, quando ocorre o assassinato da estudante, a agosto de 2000. Catalogamos assim 163 ocorrências que foram veiculadas nos jornais *O Norte*, *Correio da Paraíba*, *O Momento*, *A Tribuna*, *A União* e *O Combate*. Destes jornais apenas *O Norte*, *Correio da Paraíba* e *A União* estão atualmente em circulação. Fizemos a opção de observar qualitativamente as matérias jornalísticas dos anos de 1990 e 1996 por demarcarmos respectivamente os momentos de fluxo mais intenso de notícias e maior tensão e conflito na cobertura do assassinato de *Cris*. Períodos que foram caracterizados por uma forte pressão da imprensa local pela prisão dos responsáveis pelo crime e contra impunidade aos casos de violência contra a mulher.

### *Enquadramentos e atributos*

O fluxo de notícias sobre o *Caso Cris* nos possibilita constatar de que maneira a constituição de narrativas sobre o real pelo campo jornalístico, e sua capacidade simbólica de construir representações, significam uma trajetória na qual a temática da violência contra a mulher será fixada, ancorada, no imaginário social paraibano durante o período de cobertura do Caso que vai de fevereiro de 1990 a agosto de 2000.



Evidentemente, as práticas de produção social de sentidos sobre este tema não são estáticas, nem imutáveis, demonstram também as transformações culturais produzidas com e a partir das práticas de representação social da realidade.

Desse modo, os processos de agendamento midiático enquanto práticas de significação vão - no percurso das trocas simbólicas existentes entre os diferentes atores e suas necessidades de influir sobre um acontecimento - criar enquadramentos, classificar situações e colocar atributos nesta agenda (McCOMBS, 2004, p.87).

O enquadramento produzido pela agenda midiática na interação com a agenda do campo político sobre o *Caso Cris* está centralizado na questão da impunidade aos casos de violência contra a mulher. O debate público sobre a impunidade estará de modo especial, no cerne do discurso jornalístico, e esta por sua vez será um dos principais atributos, características, que marcam os crimes contra a mulher não só na Paraíba, mas na sociedade brasileira e as reivindicações das mulheres por sua cidadania plena.

A pauta contra a impunidade aos crimes contra a mulher se intensificará nos anos subsequentes ao assassinato da estudante, e vão ser cada vez mais evidenciadas nas manchetes dos jornais. Esta intensificação está também situada no contexto em que as ongs feministas na Paraíba passam a ser também *new promoters* dos acontecimentos e a influir na definição destas pautas e na construção de seus atributos.

Não é por acaso que a participação dos grupos feministas nos noticiários sobre o *Caso Cris* nos anos que sucedem ao assassinato, em particular o *Centro da Mulher 8 de Março*, passa a vincular este crime aos demais casos de violência contra mulher no Estado.

Como estratégia discursiva o movimento de mulheres passa a problematizar os assassinatos, no intuito de caracterizá-los como uma violência de gênero. Na última década do século XX a cobertura dos casos de violência contra a mulher também demonstra mudanças na linguagem, parte disto se deve a conquista de maior espaço na imprensa pelos grupos de mulheres.

Para Blay (2008, p. 97) até a década de 80 as vítimas eram apresentadas como causadoras de sua própria morte e havia um visível apoio aos assassinos. Na última década do século XX o noticiário se tornou mais investigativo. E esta será uma das características da cobertura do assassinato da estudante Maria Cristina Batista, cujos textos em sua maioria demonstram claramente a presença de um jornalismo de investigação, entrevistas em profundidade e espaço para grande reportagem no jornalismo impresso paraibano.



Estas mudanças contribuem para um relato humanizado dos acontecimentos repercutindo inclusive na representação da estudante *Cris*. Os textos que descrevem a estudante não podem ser caracterizados como sensacionalistas ou centrados na culpabilização da vítima, ao contrário expressam positivamente sua imagem. A maioria das notícias veiculadas tão pouco colocam em dúvida sua moral da ou depreciam sua imagem.

A tentativa de desqualificação da vítima pode ser compreendida como um recurso comum na construção de uma imagem social das mulheres vítimas de violência na qual é uma constante um julgamento moral na condução dos fatos, o que nos faz pensar a formação dos estereótipos no contexto da opinião pública. Este tipo de estereótipo tende a fixação de um modelo muito antigo de culpabilização das mulheres, em que a vítima torna-se responsável pela própria morte.

No contexto do *Caso Cris*, a percepção conservadora da investigação presente no discurso policial não tem eco na imprensa local durante a cobertura do fato. Posteriormente, os jornais vão também ocupar-se de divulgar os laudos periciais que refutam a versão de que a estudante tenha consumido qualquer tipo de droga e tentar esclarecer como ocorreu a sua morte.

Todavia, consideramos que num determinado momento a própria cobertura vai refletir as assimetrias de gênero por dentro das investigações quando, as principais testemunhas do *Caso*, que são Sandra Gleyce Cristina da Silva e Mary Jane de Melo Souza, ambas amigas de *Cris*, têm aspectos da sua vida íntima veiculados na imprensa, o que subliminarmente constrói juízo de valor que coloca em dúvida a conduta destas mulheres, e contribui, a nosso ver, para questionar a legitimidade de seus depoimentos frente à versão dos acusados pelo crime.

A partir destes episódios ocorre um sutil e breve deslocamento na cobertura que faz com que a agenda jornalística mostre o confronto verbal (discursivo) das testemunhas. Este confronto e a exposição pública contribuem para desqualificação das testemunhas perante a Justiça.

Podemos afirmar que a presença constante da imprensa local nas investigações exerceu um relevante papel de atualizar o debate sobre o crime junto à sociedade. Os jornais locais mantêm em sua agenda diária o acompanhamento das informações sobre o *Caso Cris* e o rumo das investigações.

A cobertura sobre o *Caso Cris* rompe de certa forma com um paradigma dominante de neutralidade na cobertura dos acontecimentos, na medida em que a instituição jornalística também é levada a assumir publicamente um lugar no debate sobre a impunidade nos casos de violência contra a mulher.



As representações produzidas pelos enquadramentos e atributos propostos por esta prática de agendamento contribuem assim para a tipificação e enfrentamento da violência contra as mulheres, com também sinalizam para mudanças relevantes no enfrentamento de outros casos de homicídio contra mulheres, a exemplo do Agendamento do assassinato da também estudante Márcia Barbosa, ocorrido no ano de 1998.

*Caso Márcia: das páginas policiais ao noticiário político*

O corpo da estudante Márcia Barbosa foi encontrado, em 18 de junho de 1998, numa área de difícil acesso no bairro Altiplano Cabo Branco, em João Pessoa, sem sinais de perfuração, mas com marcas de espancamento. A imprensa paraibana se depara assim com a pauta de mais um homicídio feminino que ocupará um lugar de destaque na *agenda-setting* produzida pelos jornais locais, em sua inter-relação com agentes dos campos político e público.

O registro das gravações telefônicas antes do crime de Márcia Barbosa e demais provas encontradas levaram à Polícia, no curso das investigações, a constatar o envolvimento do então deputado estadual Aécio Pereira (PFL) no crime.

A construção social do *Caso Márcia* nas páginas dos jornais locais irá transcender as editorias de polícia e o discurso policial, se deslocando para as editorias de política dos jornais. O que, para nós, representa um primeiro diferencial na construção deste agendamento.

Os jornais locais na cobertura do *Caso Márcia* tornam mais evidentes a função de mediação exercida pela imprensa, num espaço social estruturado e atravessado por outras institucionalidades. Na busca pela representação deste acontecimento junto à opinião pública, diferentes atores sociais vão se enfrentar na esfera pública midiática, e presentes neste espaço vão atuar na construção de fatos políticos objetivando a publicização de seus pontos de vista e questões, nos mostrando o fluxo heterogêneo do conteúdo midiático (SODRÉ, 2002).

Por envolver a figura de um parlamentar no exercício do mandato, o homicídio da estudante Márcia Barbosa e sua divulgação na imprensa associam-se também a uma característica já apontada por Blay (2008) nas pesquisas sobre crimes contra mulheres, em que se percebe uma maior repercussão dos homicídios quando os mesmos envolvem pessoas de maior poder econômico e status social.

No entanto, ao analisarmos seu agendamento observamos que os rumos do *Caso Márcia*, as representações deste na imprensa estão também marcados pela capacidade dos agentes públicos e do campo político agirem estrategicamente com vistas a mediação da imprensa e a formação da



opinião pública sobre o assunto, que se manteve em pauta por dez 10 anos. A cobertura do assassinato de Márcia Barbosa terá três momentos de grande fluxo na imprensa, respectivamente 1998, 1999 e 2000, entretanto, o maior registro de notícias ocorre no ano seguinte ao crime, concentrando 215 das 323 matérias jornalísticas sobre este *Caso*.

Os jornais circunscrevem o *Caso Márcia* num mapa de significação cultural, do qual a própria imprensa participa, mas que no exercício da mediação social se vêem atravessados por outras discursividades, e é por meio destas que evidenciam os conflitos sociais entre as instituições para trazer sentido a este acontecimento.

É interessante notar ainda que ao propor enquadramentos e atributos as instituições o fazem a partir de seu lugar de interpretação. Então, o deputado e a Assembléia Legislativa vão centrar-se na defesa de sua imagem e seu papel frente à sociedade, os órgãos de Segurança Pública e de Justiça vão preocupar-se com assegurar a veracidade de sua conduta frente ao inquérito e à condução de um processo judicial, os grupos feministas vão buscar problematizar as denúncias sobre a impunidade nos casos de violência contra a mulher e confrontar a opinião pública e as autoridades sobre isto.

Já os jornais participam da significação deste acontecimento enquanto instituições que estão também em confronto pela representação dos fatos, e também como lugar de mediação em que os demais atores buscam afirmar a legitimidade de suas representações no espaço público, além de serem espaços nos quais as notícias são organizadas burocraticamente.

Será portanto na inter-relação e confronto entre a agenda pública de instituições como judiciário e Assembléia Legislativa e do campo político, mais fortemente representado por movimento de mulheres, que as representações são melhor definidas.

Apesar de ser um enquadramento familiar, em se tratando de crimes contra a mulher, a questão da impunidade vai perpassar o debate entre os agentes noticiosos envolvidos no *Caso Márcia*, mas não ancorada nos mesmos significados.

Embora haja consenso em torno da dramaticidade que encerra o homicídio da estudante entre as instituições que interagem na produção social deste *agendamento*, estas repercutem e significam diferentemente os fatos em torno deste *Caso* a partir de suas respectivas agendas. Isto quer dizer que a impunidade enquanto um tópico relevante no contexto dos casos de violência contra a mulher se move a partir dos diferentes interesses.

No *Caso Márcia* especificamente, o debate sobre impunidade se movimenta na disputa e questionamento sobre os sentidos e a legitimidade da imunidade parlamentar. Este aspecto resulta



num maior desdobramento desta questão enquanto tema de interesse público, uma vez que tanto suscita o enfrentamento da problemática dos crimes contra a mulher, como interpela e articula distintas agendas - judiciário, imprensa, movimentos de mulheres -, especialmente a agenda pública do Legislativo a colocar-se frente a um homicídio no qual um de seus representantes é apontado como principal responsável.

A intensificação deste debate na esfera pública midiática exerce um papel importante na construção das representações sociais para esta questão, na medida em que os grupos de mulheres locais funcionam durante todo o *Agendamento* do *Caso Márcia* como lobistas e também como uma comunidade interpretativa, aqui compreendida “por um grupo de sujeitos sociais unidos por um conjunto particular de práticas comunicativas” (Signates, 2006, p.69), que atua no sentido desnaturalizar político e simbolicamente a violência praticada contra mulheres.

Desse modo o enquadramento sobre a questão da relação imunidade versus impunidade no *Caso Márcia* é pautado e construído simbolicamente pelas instituições feministas articulando este fato à grave situação de impunidade que perpassa os crimes contra mulheres enquanto fenômeno social a ser enfrentado também com a mediação dos jornais.

Assim, a construção do *Agendamento* e significação do *Caso Márcia* não será pautado por valores como neutralidade e objetividade, mas pela intencionalidade desta comunidade interpretativa em promover uma construção e desconstrução das representações de gênero no conteúdo das notícias. Esta postura influencia a cobertura dos jornais frente a esta temática, e possibilita, ainda que lentamente, a inclusão de novas perspectivas para o tratamento do fenômeno da violência e homicídio contra mulheres pelos jornais.

### *Palavras finais*

A produção social destes dois acontecimentos enquanto núcleo de significação (Spink e Spink, 2006, p.15), no qual perpassam as agendas de diferentes instituições, contribui também para que haja um alargamento de fontes de informação para os jornais e jornalistas, o que repercute consideravelmente na superação de práticas de agendamento centradas predominantemente no que veiculam os definidores primários de informação, que são as organizações que gozam de maior legitimidade social - em geral instituições públicas e as fontes tidas como “oficiais”.

A prática do *Agendamento* dos *Casos Cris e Márcia* enquanto processo simbólico e político desencadeia portanto a ampliação do debate sobre a violência contra mulher no Estado, como interpela as instituições sociais a reagirem ao enfrentamento deste problema social.





Ao analisarmos as práticas de agendamento sobre o tema da violência contra mulheres nos jornais da Paraíba, a partir da cobertura de eventos midiáticos que tiveram significativa repercussão na sociedade, a exemplo do *Caso Cris* e *Caso Márcia*, constatamos, entre outras coisas, que a inclusão desta temática na esfera pública perpassa múltiplas mediações.

Entre estas têm especial destaque a mediação do gênero e da agenda política das instituições feministas que, conforme discutimos, interagem no cotidiano das práticas jornalísticas influenciando na construção social das notícias. Não só agendando este tema, ou criando eventos noticiáveis (pseudo-acontecimentos), mas, e, sobretudo, oferecendo novas interpretações e criando novos discursos públicos que influem nas representações sociais sobre a temática da violência contra mulheres enquanto questão atual de grande interesse social.

Mais do que simples lugares de representação, as práticas de agendamento midiático se constituem, no cenário da violência de gênero, e diante dos crimes contra mulheres e seu enfrentamento, processos significantes e sistemas simbólicos nos quais diferentes atores sociais vão interagir e confrontar-se diante de seus diferentes interesses e interpretações sobre os fatos sociais.

Além de visibilidade e notabilidade, o agendamento pelos jornais dos homicídios das estudantes Maria Cristina Batista e Márcia Barbosa nos mostra como a participação social na esfera pública midiática pode contribuir para romper com a dramaticidade que encerra os crimes contra mulheres desconstruindo uma tendência à naturalização e reificação dos mesmos. A inclusão da mediação do gênero na narrativa jornalística contribui deste modo para problematizar os acontecimentos do ponto de vista de seu ordenamento simbólico deixando explícito as tensões sociais existentes na produção social das práticas de agendamento midiático e das relações de poder que as envolve.

#### *BIBLIOGRAFIA*

BARROS FILHO, Clóvis e MARTINO, Luís Mauro Sá. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

FUNCK, Suzana Bornéo. WIDHOLZER, Nara(Orgs.). **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. “Análise de Conteúdo em Jornalismo” In. LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. “Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação”. In:



MANHÃES, Eduardo. “Análise de Conteúdo”. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

McCOMBS, Maxuel. “Um panorama da Teoria do Agendamento 35 anos depois de sua formação.” INTERCOM. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31. n.2. jul/dez.2008.

McCOMBS, Maxuel. **Setting the agenda**. The mass media and public opinion. Polity Press: Cambridge, 2004.

SIGNATES, Luiz. “Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação”. IN: SOUSA, Mauro Wilton de. (Org.) **Recepção mediática e espaço público**. São Paulo: Paulinas e Sepac, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPINK, Mary Jane e SPINK, Peter. **Práticas cotidianas e naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais**. São Paulo: Cortez, 2006.